

# Presidente rejeita propostas que propõem regime "assembleísta"

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney rejeitou ontem todas as propostas de implantação do sistema parlamentarista, até mesmo a adaptação da emenda do Senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), que contara com a colaboração do Líder do Governo, Deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA).

— Li todas e não gostei. Os projetos não estabelecem o parlamentarismo, mas sim o "assembleísmo" — afirmou Sarney ao Deputado Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), no final da tarde de ontem, em audiência no Palácio do Planalto.

Segundo o Deputado pefelista, o Presidente frisou sua posição favorável ao presidencialismo e adiantou não acreditar que exista uma fórmula para negociar com os parlamentares. Na opinião de Sarney, os grupos parlamentaristas e presidencialistas estão muito definidos e a decisão será através do voto e não fruto de negociações entre o Governo e a Constituinte.

Ao ressaltar que as propostas estabelecem o "assembleísmo" e não o parlamentarismo, Sarney esclareceu que elas não são acompanhadas pela instituição do voto distrital e não prevêem a dissolução da Câmara em caso de crise.

— As propostas fortalecem apenas o Congresso e não oferecem qualquer poder ao Presidente — completou Sarney, que disse ainda a Inocêncio sentir-se constrangido de aceitar o mandato de seis anos proposto por uma das correntes parlamentaristas.

A disposição de Sarney de defender intransigentemente a manutenção do sistema presidencialista, inclusive para seus sucessores, foi reiterada na tarde de ontem por um assessor de sua confiança. O Presidente está convencido da inviabilidade do parlamentarismo e quer participar das negociações para não ser acusado, no futuro, de omisso ou corresponsável pelo fracasso. Ele acredita que ceder nas negociações pela implantação do parlamentarismo

## Para Governo, só há consenso no presidencialismo

BRASÍLIA — Uma fórmula de consenso que evite a disputa no voto sobre o sistema de Governo somente será possível a partir de uma emenda presidencialista. Esta é a posição do Governo, anunciada ontem pelo Deputado Expedito Machado (PMDB-CE), um dos líderes do "Centro Democrático", após uma reunião com os Ministros Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil, e Ivan de Souza Mendes, do Serviço Nacional de Informações (SNI).

O líder do "Centro Democrático" acrescentou que o Presidente Sarney não está convencido nem da conveniência do parlamentarismo, nem da viabilidade de qualquer das fórmulas alternativas a ele apresentadas tiva nas sucessivas reuniões que movimentaram Brasília no fim de semana.

A informação foi confirmada por



Líder José Lourenço ouviu de Sarney que trabalhará por presidencialismo

após sua gestão não evitaria o desgaste do Governo e ainda afetaria os interesses nacionais.

Pela manhã Sarney conversou com o Líder do PFL na Câmara, Deputado José Lourenço (BA), que interpretou a atitude do Presidente como de não querer despir-se da condição de líder político e de estar trabalhando pelo presidencialismo junto a parlamentares.

A descrença do Presidente no sucesso de uma fórmula parlamentarista negociada foi manifestada também a vários outros interlocutores. Ao Deputado Manoel Moreira (PMDB-SP), Sarney demonstrou dúvidas quanto à maioria que os parlamentaristas garantem ter na Assembléia Constituinte:

— Alguém disse ao Presidente que os parlamentaristas têm 55 votos na Comissão de Sistematização. Ele quer que os parlamentaristas mostrem isso. O Presidente não ficará em confronto com a tendência se ela for majoritária — disse o Deputado.

Ele relatou que Sarney destacou a necessidade de o sistema parlamentarista vir acompanhado do voto dis-

trito. Informações chegadas ao Palácio indicam que o voto distrital é um fator de divisão entre os defensores do sistema parlamentarista.

Mas outros assessores próximos ao Presidente afirmaram que ele não deixará de negociar uma fórmula vinda do consenso dos vários grupos parlamentaristas. Não deseja, porém, abrir mão do mandato de cinco anos e não quer que a eleição de seu sucessor seja realizada indiretamente, como propõem algumas correntes.

O Secretário de Imprensa do Palácio do Planalto, Frota Netto, disse ontem que Sarney está aguardando uma fórmula consensual para o sistema de governo. Esta fórmula segundo Frota, não deve definir apenas o agora, mas estar voltada para o futuro. O Porta-voz deixou claro que Sarney deseja que a proposta de consenso defina onde estará o centro de decisão. Ele não espera apenas que seja determinado, na parte do sistema de governo, em que condições governará, mas também como o farão os futuros Presidentes da República.

ney. As assinaturas apoiando a emenda que propõe a implantação gradual do parlamentarismo, com mandato presidencial de seis anos, começaram a ser colhidas ontem.

O Deputado Expedito Machado justificou a posição do Palácio do Planalto garantindo que "os atrativos para uma fórmula consensual devem ser oferecidos por uma emenda presidencialista". O parlamentar afirmou que é esse o pensamento do Presidente Sarney, com base nas conversas que tem mantido com ele desde o início das negociações. Expedito criticou a irredutibilidade de setores políticos envolvidos na negociação, o que torna o quadro confuso:

— Isso aqui está um "samba do crioulo doido": cada um quer uma coisa diferente e ninguém se entende — concluiu.

Essa posição firme pela manutenção do sistema presidencialista, segundo o mesmo informante, partiu da constatação de que os partidários do parlamentarismo não controlam tantos votos como apregoam. Existe no Palácio do Planalto a convicção de que o grupo de parlamentaristas que esteve no sábado com o Presidente, no Alvorada, não conseguirá apresentar o documento com 66 assinaturas, conforme prometeu a Sar-

ney. As assinaturas apoiando a emenda que propõe a implantação gradual do parlamentarismo, com mandato presidencial de seis anos, começaram a ser colhidas ontem.

O Deputado Expedito Machado justificou a posição do Palácio do Planalto garantindo que "os atrativos para uma fórmula consensual devem ser oferecidos por uma emenda presidencialista". O parlamentar afirmou que é esse o pensamento do Presidente Sarney, com base nas conversas que tem mantido com ele desde o início das negociações. Expedito criticou a irredutibilidade de setores políticos envolvidos na negociação, o que torna o quadro confuso:

— Isso aqui está um "samba do crioulo doido": cada um quer uma coisa diferente e ninguém se entende — concluiu.

## Direitos

A ESTATIZAÇÃO da cobrança de direitos autorais no País (que uma emenda do Deputado Artur da Távola procura neutralizar) consta do primeiro anteprojeto de Constituição apresentado pelo Relator Bernardo Cabral.

PARA SE avaliar os defeitos do dispositivo, basta comparar. A Sociedade Brasileira de Autores Teatrais, entidade civil, só recebe elogios dos dramaturgos brasileiros. O Escritório Central de Arrecadação de Direitos (Ecad), órgão oficial, mal sobrevive sob permanente chuva de queixas.

POR QUE mexer no que funciona bem? Por que não procurar repetir em outros setores o que deu certo para o teatro?

FINALMENTE, o que tem o Estado a ver com o assunto?

## PM subordinada ao Exército cria nova polêmica

BRASÍLIA — A total subordinação das Polícias Militares ao Exército, proposta em emenda do Senador José Richa (PMDB-PR) acolhida pelo Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), abriu um novo espaço para as críticas ao anteprojeto, em especial do "Grupo Interpartidário" coordenado pelo Deputado Euclides Scalco (PMDB-PR). Na primeira reunião dos Vice-Líderes do PMDB na Constituinte depois do internamento do Senador Mário Covas (PMDB-SP), o tema foi exaustivamente debatido e a emenda considerada inaceitável.

Segundo Scalco, Líder em exercício do PMDB, o substitutivo não está pronto e, portanto, pode ser alterado. Ele acredita ser possível mudar esse item, que o surpreendeu por não ter sido discutido anteriormente.

Os integrantes do "Grupo Interpartidário" estão em contato permanente com Bernardo Cabral, que se comprometera a manter o texto anterior em todos os pontos que não fossem objeto de entendimento. Eles apostam ainda na reação dos Governadores, que não teriam mais qualquer controle sobre suas Polícias Militares.

Outra preocupação que dominou a reunião de ontem foi a extensão das atribuições das "guardas municipais". A inclusão dessas corporações no substitutivo já fora muito questionada e só a limitação das suas atribuições à defesa do patrimônio municipal permitira o acordo. No novo texto elas têm seus poderes ampliados, passando a responder pela segurança pública. Os Vice-Líderes do PMDB entendem que vai haver choque de atribuições com as Polícias Militares, abrindo espaço para poderes paralelos.

— Cada Prefeito passaria a ter uma guarda pessoal. É a oficialização da capangagem — protestou o Vice-Líder Antônio Brito.

## Governadores só se reúnem após Cabral concluir seu parecer

SÃO PAULO — A fixação da data da reunião dos 22 Governadores do PMDB no Rio de Janeiro está agora condicionada ao prazo de entrega do parecer do Relator Bernardo Cabral sobre as emendas apresentadas ao anteprojeto de Constituição. Foi o que informou ontem o Governador Orestes Quércia, destacando que a idéia é esperar definições da Constituinte sobre alguns dos temas a serem por eles abordados, como a questão da reforma tributária.

A decisão de esperar o novo parecer de Cabral foi tomada na última sexta-feira, em telefonema entre os Governadores Orestes Quércia e Moreira Franco.

— Ficou acertado que só depois disso poderemos analisar e definir a data do encontro — disse Quércia, que continua a insistir na manutenção do presidencialismo, sob a justificativa de que a implantação do parlamentarismo neste momento poderia representar uma porta aberta ao retrocesso político.

Segundo o Governador, que não descarta a hipótese de discussões políticas no encontro do Rio de Janeiro, até mesmo sobre o sistema de governo, a maioria

dos parlamentares é favorável ao presidencialismo.

Além da situação econômica do País e, particularmente, dos Estados, os Governadores pretendem tomar posição sobre o problema da dívida externa. Enquanto Quércia vem dando apoio aos esforços de negociação do Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, Miguel Arraes, de Pernambuco, pretende propor "uma mobilização de outros povos latino-americanos para pressionar os credores a renegociarem politicamente a dívida".

Outro ponto básico do encontro será a busca de fórmulas de fortalecimento do PMDB, como propõe documento distribuído aos participantes pelo Governador da Bahia, Waldir Pires.

A decisão de somente marcar a reunião do Rio de Janeiro após a entrega do parecer do Relator Bernardo Cabral indica que o encontro poderá se dar no início de outubro ou, na melhor das previsões, no fim deste mês. Afinal, os prazos da Constituinte começam a parecer mais elásticos e pela segunda vez Cabral solicitou mais tempo a Ulysses Guimarães para apresentar o novo substitutivo.